

INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br | Brasília, 12 de dezembro de 2025 | Edição 1.546



BAIXAR OS JUROS DA TAXA SELIC É O CENTRO DA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL

O Sindicato, a CUT, a Fetec-CUT/CN e a CMP (Central dos Movimentos Populares) realizaram, na manhã desta quarta-feira (10), mais um ato em frente à sede do Banco Central contra a manutenção dos altos juros da taxa Selic.

No mesmo momento em que ocorria a manifestação, reunia-se o Conselho de Política Monetária (Copom), em seu último encontro do ano. Os juros estão em 15% ao ano, o maior nível da Selic desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Desde a reunião de setembro de 2024, quando o Banco Central ainda era presidido por Roberto Campos Neto, a taxa aumentou sete vezes. Com exceção das reuniões de julho, setembro e novembro deste ano, a taxa não foi majorada. O atual presidente, Gabriel Galípolo, assumiu a direção do banco em dezembro do ano passado.

O Brasil possui o segundo juro mais alto do mundo, perdendo apenas para a Turquia, que tem um juro de 17,8%. Em terceiro lugar está a Rússia, com uma taxa de 9,74%. Isso comprova que a política de preservação dos juros altos serve apenas aos especuladores financeiros.

A atividade foi iniciada pela dirigente da Fetec-CUT/CN **Talita Regia**, que destacou que a luta pela redução dos juros possibilitará “o crédito mais acessível para empresas e famílias, o que é fundamental para o crescimento econômico e social”.

Robson Costa Neri, diretor do Sindicato, reforçou a importância da permanente mobilização da classe trabalhadora, afirmando que os integrantes do Copom precisam “entender a realidade do Brasil, que os juros altos atacam diretamente o povo e a economia brasileira”.

Foi destacado por **Rafael Guimarães**, diretor do Sindicato, que “o Banco Central acertou ao impedir a compra do Banco Master pelo BRB, mas comete um grande erro ao manter os juros altos, que prejudicam a classe trabalhadora brasileira”. Os juros



altos são um dos problemas centrais da economia brasileira: impedem o desenvolvimento social e econômico do país, permitindo que apenas os especuladores ganhem. “O sistema financeiro tira do pobre para dar para o rico”, disse Guimarães.

‘NÃO HÁ JUSTIFICATIVA PARA TAXAS ESTRATOSFÉRICAS’

O representante da Central dos Movimentos Populares (CMP), **Afonso Magalhães**, denunciou o papel da grande imprensa, que “esconde da população essa política econômica imposta pelo Banco Central, que está na contramão do projeto do governo federal e provoca entraves para o desenvolvimento nacional”. Segundo Magalhães, “o governo do presidente Lula está comprometido com um salário justo, o combate ao desemprego e o desenvolvimento social, com os juros altos impedindo que se alcancem todos os objetivos”. Para o dirigente da CMP, é preciso apoio popular para que o governo federal possa dar um novo rumo ao Banco Central.

“Não há justificativa para o Banco Central manter as taxas de juros na estratosfera, mantendo a política de Campos Neto”, afirmou o diretor de Comunicação do Sindicato, **Ronaldo Lustosa**. “Esperávamos ações concretas de Gabriel Galípolo, que permitissem melho-

res condições de vida às famílias brasileiras”, desabafou o dirigente sindical.

Ele reafirmou a defesa do BRB como um banco público e forte, “depois de sofrer uma ação de um grupo criminoso, que pegou o dinheiro do Fundo Garantidor de Crédito do banco”.

As reuniões do Copom costumam durar dois dias seguidos, com o calendário de reuniões de cada ano divulgado até o mês de junho do ano anterior. Todas as indicações apontam que, mais uma vez, a desconexão com a realidade brasileira deverá prevalecer e os juros no atual patamar serão mantidos.

Durante a manifestação, que contou com a participação de dirigentes das entidades presentes e de populares, vários motoristas que passaram pela via buzinaaram, apoiando a luta contra os juros altos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.720.771/0001-53, por meio de seu presidente, **Eduardo Araújo de Souza**, convoca todos os associados e associadas para a participação na **Assembleia Geral Ordinária**, que ocorrerá **presencialmente** na sede do sindicato (**Teatro dos Bancários**), localizada na SHCS EQS 314/315, Bloco A - Asa Sul, Brasília, em **16 de dezembro de 2025, às 18h30** em primeira convocação ou às **19h** em segunda e última convocação.

Pauta:

1) Eleição dos membros da Comissão Eleitoral, que coordenará o Processo Eleitoral para escolha da nova Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília para o quadriênio 2026/2030. A forma da eleição que escolherá a nova Diretoria e o Conselho fiscal será híbrida.

Brasília (DF), 12 de dezembro de 2025.

Eduardo Araújo de Souza

Diretor - Presidente

SINDICATO VAI AO BANCO CENTRAL E AO TCU CONTRA AS ILEGALIDADES PROMOVIDAS PELA GESTÃO DO BB

O Sindicato protocolou denúncias no TCU e no Banco Central do Brasil para expor graves irregularidades praticadas pela diretoria do Banco do Brasil ao tentar ampliar a jornada dos assessores das Unidades Estratégicas de 6 para 8 horas sem mudança de atribuições, sem estudos técnicos e sem qualquer justificativa compatível com os princípios da administração pública e com as normas regulatórias do Sistema Financeiro Nacional. A reestruturação, apresentada pela gestão como modernização, na prática configura um ataque ao direito à jornada especial e submete empregados a pressões veladas para aderirem “voluntariamente” ao novo regime sob o risco de

se tornarem excedentes e perderem função em um ambiente de coação estrutural.

As representações protocoladas mostram que o BB não apresentou estudo de impacto, parecer técnico, matriz de risco, análise operacional, impacto orçamentário, projeção de contingências ou qualquer documento mínimo que sustentasse a alteração pretendida. A ausência completa de planejamento e transparência coloca sob suspeita a aderência da instituição às normas de governança, compliance e gestão de riscos exigidas de empresas públicas submetidas ao TCU e à supervisão prudencial do Banco Central.

O impacto econômico também é evidente.

Ao ampliar duas horas diárias sem remuneração de horas extras e sem reflexos em férias, décimo terceiro, FGTS e DSR, a diretoria cria redução artificial de custos e transfere para o futuro um passivo trabalhista que poderá recair sobre outra administração. Além disso, não há qualquer ganho de produtividade, eficiência ou melhoria organizacional, revelando uma medida puramente financeira e desconectada de critérios técnicos mínimos.



REUNIÃO COM A ANAMATRA

Em outra frente, o Sindicato, a Fetec-CUT/CN e a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) realizaram, nesta quinta-feira (11), **reunião com a Anamatra** para tratar das medidas ilícitas e temerárias do BB, em especial o ataque à jornada legal dos bancários, o problema dos excedentes e o desmonte da rede de atendimento. Também foram apresentados relatos sobre dificuldades envolvendo ações judiciais e episódios de perseguição do BB a empregados que obtiveram decisões favoráveis na Justiça. O encontro é um desdobramento da **audiência pública realizada dia 1º na Câmara Federal**, de iniciativa da deputada Erika Kokay, para debater a precarização das condições de trabalho e do atendimento aos clientes do banco, bem como o consequente adoecimento da categoria.



FETEC E SINDICATOS DO CENTRO-NORTE PUBLICAM NOTA DE REPÚDIO AO CONSELHO DIRETOR DO BB

A Fetec-CUT/CN e os sindicatos abaixo assinados manifestam seu total repúdio às medidas adotadas pela atual direção do Banco do Brasil, que atacam direitos históricos da categoria bancária (artigo 224 da CLT, CCT e ACT BB), precarizam as condições de trabalho e atendimento à população, adoecem o funcionalismo da instituição, com a prática de uma gestão temerária que trará danos irreparáveis ao Banco do Brasil, a seus trabalhadores e ao povo brasileiro, os verdadeiros donos do BB.

A política da intimidação,

medo e ansiedade que está presente em todas as unidades da empresa, desde as agências mais longínquas do Centro-Oeste e Norte do país até as unidades estratégicas e de tecnologia presentes na Capital Federal, gera um alto índice de adoecimento que mata sonhos e vidas.

As metas abusivas e inatingíveis, somadas a um modelo de gestão de pessoas que prega o individualismo e a meritocracia em detrimento da coletividade, atacam a cultura bicentenária da “família BB” que sempre serviu aos interesses do nosso

país e da nossa população e fez com que o banco fosse o líder do Sistema Financeiro Nacional ao potencializar seu papel público e de agente creditício do Estado no início deste século.

Por fim, ressaltamos nosso profundo, firme e total REPÚDIO à decisão da presidenta e de todos os vice-presidentes de implementarem alterações ilícitas e desrespeitosas nas estruturas das UEs e Ditec que resultam em descomissionamentos que acabam com carreiras, sonhos e famílias, principalmente na véspera de uma data sagrada e de fraternidade

como o Natal, mostrando total falta de empatia com quem realmente possui compromisso e responsabilidade com o futuro do Banco do Brasil, que são seus funcionários e funcionárias.

Brasília, 10 de dezembro de 2025.

Fetec-CUT/CN – Seeb Acre – Sintraf Amapá – Seeb Brasília – Seeb Campo Grande – Seeb Dourados – Seeb Mato Grosso – Seeb Pará – Seeb Ponta Porã – Sinbama – Sintraf Ride – Seeb Rondônia – Seeb Rondonópolis – Sintraf Roraima



SE É BOM PARA A CAIXA, É BOM PARA O BRASIL

A mobilização dos aprovados no Concurso da Caixa de 2024, realizada nesta quinta-feira (11) com apoio do Sindicato e da Fetec-CUT/CN, reuniu grande número de concursados em frente à Matriz da instituição. O ato destacou o erro administrativo que excluiu mais de 4 mil aprovados do cadastro de reserva, incluindo candidatos PCDs. Representantes como a conselheira de Administração da Caixa, Fabiana Uehara, reforçaram que a instituição precisa ampliar seu quadro para melhorar

o atendimento à população, e que o equívoco precisa ser corrigido.

Dirigentes do Sindicato, entre eles Guilherme Simões e Wandeir Severo, enfatizaram que a Caixa cumpre papel central em políticas públicas como Bolsa Família, saneamento e habitação, o que exige valorização do atendimento presencial. Eles denunciaram que o cadastro de reserva de 2024 foi definido sem critério lógico e abaixo das necessidades reais da empresa. Para eles, a exclusão dos aprovados integra uma lógica de gestão que reduz o quadro

e prioriza metas financeiras em detrimento do serviço público.

Os aprovados presentes reiteraram disposição para integrar o quadro da Caixa e lembraram que muitos alcançaram classificações altas no concurso. Marcos Rodrigo Siqueira destacou que o edital de 2024 foi inadequado e que a chegada do Ministério Público Federal ao processo abre caminho para uma solução. Outro aprovado, Alberto Loiola, e o representante do Coletivo Caixa Preta, Josibel Rocha, reforçaram a dimensão humana da luta, afirmando que os aprovados são

famílias que precisam ser tratadas com respeito e que contam com amplo apoio institucional e parlamentar.

Encerrando as falas, representantes da Fetec-CUT/CN e do Sindicato, como Elis Regina e Antonio Abdan, ressaltaram que reconhecer erros é fundamental para preservar a credibilidade da Caixa. Reafirmaram que nada impede a retificação do edital e que a audiência com o MPF pode viabilizar a reparação da falha, garantindo justiça aos aprovados e fortalecendo o papel social da instituição.

SINDICATO COBRA DA CAIXA GARANTIAS PARA TRABALHADORES DE AGÊNCIAS ENVOLVIDAS EM REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO

O Sindicato reuniu-se com a Superintendência Regional Brasília Sul da Caixa para discutir o remanejamento de quatro agências e o fechamento definitivo da unidade Hélio Prates. Pela Caixa, foram apresentadas as justificativas institucionais para as mudanças, que incluem a transformação das quatro agências em unidades exclusivas de atendimento à Pessoa Jurídica a partir de janeiro, além do

encerramento da Hélio Prates, fundamentados em fatores como avanços tecnológicos, redução de fluxo de clientes e ajustes operacionais.

O Sindicato manifestou posição contrária ao fechamento e registrou preocupação com a diminuição do atendimento presencial, especialmente para a população que depende dos programas sociais administrados pela Caixa. Também destacou os impactos

sobre a vida dos empregados das unidades envolvidas e alertou para a possibilidade de sobrecarga nas agências que absorverão o público das unidades remanejadas ou encerradas.

A Caixa afirmou que nenhum empregado será prejudicado e que eventuais impactos individuais serão tratados caso a caso. Para acompanhar a transição, o Sindicato abrirá um formulário para que bancários e bancá-



rias relatem problemas ou prejuízos decorrentes do processo. O acompanhamento será contínuo, com o compromisso de garantir que nenhum trabalhador seja colocado em desvantagem durante a reestruturação.

1ª REUNIÃO COM O NOVO PRESIDENTE DO BRB: SINDICATO COBRA RESPEITO AOS TRABALHADORES E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

No mesmo dia em que bancários realizaram um grande ato em defesa do BRB, a diretoria do Sindicato reuniu-se com o novo presidente do banco, Nelson Souza, para discutir as prioridades da gestão e as preocupações da categoria. O encontro ocorreu em um contexto de forte mobilização dos trabalhadores, que cobraram compromisso com o fortalecimento institucional e respeito ao corpo funcional.

Durante a reunião, o Sindicato apresentou um conjunto de demandas urgentes: combate ao assédio como prática de gestão, reforço da imagem do BRB frente a ataques e fake news disseminadas por agentes do mercado, investigação rigorosa das responsabilidades ligadas à Operação Compliance Zero, continuidade das contratações para reduzir a sobrecarga nas unidades e retomada da Mesa Permanente de Ne-

gociação. A entidade enfatizou que essas pautas refletem necessidades concretas vividas diariamente pelos empregados, tanto na sede quanto nas agências.

Nelson Souza afirmou que manterá uma postura de diálogo permanente e reconheceu que fortalecer o corpo funcional é essencial para consolidar o BRB em um ambiente competitivo. O Sindicato destacou que a reunião é apenas o início do processo



e espera que, já na próxima Mesa Permanente de Negociação, haja avanços concretos em temas históricos da categoria, como o PCCR, os processos seletivos transparentes e as pautas de saúde e condições de trabalho.



GT DE SAÚDE COBRA ITAÚ SOBRE CONVOCAÇÕES INDEVIDAS, CANAL DE DENÚNCIAS E DESCONTOS EM CONTRACHEQUES

O Grupo de Trabalho de Saúde dos empregados do Itaú reuniu-se com o banco dia 3 para tratar de diversos problemas relatados pelos trabalhadores, especialmente as convocações para Avaliação de Capacidade Laborativa (ACL), falhas no canal de denúncias de assédio, limitações do IU Conecta, descontos no contracheque e o novo programa Linha de Cuidado. Os sindicatos denunciaram convocações indevidas de bancários afastados, tratando-se de trabalhadores com contrato suspenso, o que é ilegal. Rosângela Lorenzetti, coordenadora do GT, criticou a falta de transparência e as pressões sobre empregados em tratamento, enquanto o banco afirmou que revisará casos equivocados e garantiu que a ACL não é obrigatória.

Outro ponto crítico foi o canal de denúncias de assédio, considerado inseguro e ineficiente pelos representantes dos trabalhadores. Eles cobraram sigilo, proteção contra retaliações e mudanças no fluxo, pois hoje

o denunciado é ouvido antes da vítima. O GT também apontou problemas no IU Conecta, especialmente o limite de 2 MB por arquivo e a impossibilidade de anexar novos atestados antes do encerramento do anterior. O banco se comprometeu a revisar comunicações sobre retorno ao trabalho e a esclarecer descontos no contracheque, levando especialistas às próximas reuniões.

Por fim, o Itaú apresentou o programa Linha de Cuidado, desenvolvido com o Grupo Fleury, que prevê consultas com enfermeira e médico generalista, além de exames com coparticipação. O GT considerou o programa positivo, mas defendeu que não haja custos para trabalhadores que já enfrentam problemas de saúde. Embora iniciativas de cuidado sejam importantes, o banco precisa enfrentar causas estruturais de adoecimento, como metas abusivas e assédio moral, sem as quais qualquer política de saúde permanece incompleta.

CANAL DE DENÚNCIA



CONTRA O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO

bancariosdf.avaluesistemas.com.br/assedio


BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Acesse pelo QR code ou pelo link acima


SINDICATO E COOPERFORTE TRATAM DE TELETRABALHO E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS 2025

O Sindicato reuniu-se com a Cooperforte para discutir a implantação do teletrabalho e a negociação do Acordo Coletivo de Participação nos Resultados (PR). Desde 17 de novembro, a cooperativa realiza um piloto de teletrabalho no modelo 3x2, com três dias presenciais e dois remotos, que será avaliado ao final de três meses para possível ampliação, conforme critérios internos, especialmente de segurança cibernética. A reunião foi solicitada para esclarecer dúvidas dos trabalhadores sobre objetivos, fun-



cionamento e critérios de inclusão no programa, com o Sindicato defendendo transparência e participação efetiva da representação dos empregados.

Os dirigentes apresentaram questionamentos, relataram experiências já negociadas com o setor financeiro e anunciaram que realizarão um

processo de escuta com empregados incluídos ou não no piloto, visando consolidar reivindicações e construir uma pauta coletiva sobre o tema. Também houve debate sobre a contratação do acordo de PR, com o Sindicato propondo reajuste no percentual de distribuição e defendendo que o pagamento considere o atingimento de 80% das metas. A Cooperforte comprometeu-se a levar as propostas ao Conselho de Administração e o Sindicato acompanhará os desdobramentos, mantendo a categoria informada.

CUT DEFINE AGENDA DE MOBILIZAÇÃO PARA 2026 EM REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL

O Sindicato participou da reunião da Direção Nacional da CUT, realizada em São Paulo nesta terça-feira (9), na qual foi aprovado o calendário de lutas para o primeiro semestre de 2026. A CUT destacou que o ano será marcado por uma agenda decisiva em defesa da democracia, da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, além de campanhas contra a violência política, pela ampliação dos direitos das mulheres e pelo fortalecimento da representação dos trabalhadores no Congresso.

Durante a reunião, Sérgio Nobre ressaltou a ne-



cessidade de renovação do Congresso Nacional e de apresentação de candidaturas de confiança pelo movimento sindical, argumentando que pautas como a redução da jornada para 40 horas e o fim da escala 6x1 só avançarão com uma mudança na correlação de forças parlamentares. Ele reforçou que a disputa eleitoral envolve não apenas direitos trabalhistas, mas a defesa da democracia e da soberania nacional. Nobre também destacou a importância da mobilização nas bases e nas ruas para pressionar o Parlamento e garantir que projetos de interesse da classe trabalhadora avancem.

